

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO GERAL

**TÍTULO: DESCENTRALIZAÇÃO, AUTONOMIA FISCAL E SUSTENTABILIDADE
FINANCEIRA NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: UM ESTUDO NO ESTADO DE
SÃO PAULO**

AUTORES

JÚLIO CÉSAR MACHADO

Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS
projulyo@hotmail.com

ALBA ZUCCO

Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS
alba.zucco@gmail.com

MARCOS TAKAO OZAKI

Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS
takmark@uol.com.br

LEONEL MAZZALI

Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS
leonel_mazzali@uol.com.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo identificar se o porte do município do Estado de São Paulo está necessariamente associado à baixa autonomia fiscal e à reduzida capacidade de sustentação financeira a longo prazo. Consiste numa pesquisa descritiva, que utiliza como estratégia o levantamento de dados secundários junto à base de dados da Fundação SEADE. O universo de análise são os 645 municípios do Estado de São Paulo, tendo como foco as Finanças Públicas Municipais, em um recorte temporal correspondente ao período 2000/2007. O procedimento estatístico básico é a análise de correlação entre o porte do município (número de habitantes), os indicadores de autonomia/dependência fiscal (transferências intergovernamentais *per capita* e receita do Fundo de participação dos Municípios (FPM) *per capita*), o indicador de sustentabilidade financeira (poupança corrente *per capita*) e o indicador de eficiência do gasto público (despesa com investimento *per capita*). A conclusão é a de que, no âmbito dos municípios paulistas (645), o porte do município está inversamente relacionado à autonomia fiscal. Por outro lado, tendo como referência a sustentabilidade financeira e a eficiência nos gastos públicos, a pesquisa não evidenciou forte correlação entre o porte do município e essas duas variáveis.

Palavras chave: Administração municipal, autonomia financeira dos municípios, finanças públicas municipais

Abstract

The present job have like objective identify if the state size of municipality São Paulo is necessarily associate to low fiscal autonomy and the capacity reduced the financial support in a long term. Consists in a descriptive research, that use like strategy the survey secondary data with the SEADE foundation database. The analysis universe are the 645 municipalities of São Paulo, taking focus like Public Municipal finances, in a record time corresponding the period 2000/2007. The basic statistical procedure is the correlation analysis between the size of the municipality (inhabitants number). The autonomy/dependency indicators fiscal (intergovernmental transfers per capita and the participation fund revenue of the municipalities (FPM) per capita, the financial sustainability indicator (per capita current savings) and the spending public efficiency indicator (per capita spending investment).The conclusion are that, in the scope the São Paulo municipalities (645), the municipalities size is related inversely to autonomy fiscal. On the other hand, having like reference the financial sustainability and the efficiency in public spend, the research don't showed a strong correlation between the municipality size and those two variables.

Keywords: Municipal administration, financial autonomy of municipalities, municipal public finances

1. Introdução

O ideário municipalista norteia o processo de descentralização preconizado pela Constituição de 1988. O discurso da autonomia municipal, isto é, a transferência de poder decisório para o município ou entidades e órgãos locais, orienta os modelos de gestão das políticas públicas. Ao significativo aumento da participação dos municípios na receita fiscal (descentralização fiscal), correspondeu à ampliação das competências na gestão das políticas ligadas à educação, à saúde, à assistência social e, de modo particular, ao desenvolvimento.

A partir da década de 80 do século XX, a conjunção da crise do modelo centralizador, a maior complexidade da gestão das políticas públicas e a “força política” do conceito de descentralização conformaram um movimento de fortalecimento da autonomia local diante das demais unidades da Federação. No entanto, como lembra Abrucio (2000):

A descentralização não tem qualidades intrínsecas e tampouco está isenta de aspectos negativos. A força política desse discurso e muitos resultados satisfatórios que daí se originaram nublam os problemas que se colocam, em muitas ocasiões, para a implantação de um processo descentralizador (ABRUCIO, 2000, p 86).

Dentre esses problemas, merece destaque a autonomia financeira das administrações locais, em particular dos pequenos municípios. Santos (2004) coloca em xeque a viabilidade financeira dos municípios com população inferior a 100 mil habitantes, argumentando que o porte do município é um importante indicador da capacidade de sustentar os gastos orçamentários com recursos gerados no âmbito local. Mais precisamente, segundo a autora, os municípios de pequeno porte não possuem autonomia fiscal, dependendo, de forma acentuada, das transferências intergovernamentais (União e Estado) para a sua sobrevivência

Partindo dessa proposição, esse trabalho pretende identificar se o porte do município está necessariamente associado à baixa autonomia fiscal e à reduzida capacidade de sustentação financeira a longo prazo. Trata-se de uma pesquisa descritiva, cujos objetivos são:

a) identificar a correlação entre porte do município, autonomia fiscal (grau de dependência dos municípios com relação às transferências intergovernamentais) e sustentabilidade financeira a longo prazo (capacidade de geração de poupança corrente); e

b) identificar a correlação entre o porte do município e a eficiência da gestão do gasto público, expressa por meio do montante das despesas com investimento.

A pesquisa se restringe aos 645 municípios do Estado de São Paulo, cuja participação no total da população, segundo o porte, está sintetizada na tabela 1.

TABELA 1: Distribuição dos municípios paulistas, por porte populacional e população (2004)

Faixas Populacionais (hab.)	Qtd. de Municípios	%	População	%
Até 10.000	289	44,81	1.401.478	3,56
De 10.001 a 20.000	114	17,67	1.618.069	4,11
De 20.001 a 30.000	60	9,30	1.482.751	3,77
De 30.001 a 40.000	37	5,74	1.290.452	3,28
De 40.001 a 50.000	26	4,03	1.156.563	2,94
De 50.001 a 60.000	14	2,17	776.460	1,97

De 60.001 a 70.000	10	1,55	672.509	1,71
De 70.001 a 80.000	9	1,40	657.772	1,67
De 80.001 a 90.000	11	1,71	925.215	2,35
De 90.001 a 100.000	4	0,62	365.396	0,93
De 100.001 a 150.000	25	3,88	2.896.268	7,36
Acima de 150.000 (*)	45	6,98	15.404.083	39,17
Acima de 150.000 (**)	46	7,13	26.083.843	66,33
População total	645	100,00	39.326.776	100,00

(*) Sem o Município de São Paulo

(**) Com o Município de São Paulo

Obs.: O Município de São Paulo possui aproximadamente 27% da população do Estado; para os efeitos dessa análise será considerada a faixa populacional incluindo o Município de São Paulo.

Fonte: Cruz (2005, p. 11)

2. Autonomia financeira municipal: Em busca dos fatores estruturais

Santos (2004), tendo por referência dados da Secretaria do Tesouro Nacional (FINBRA) (2002) comprova que:

A conquista de maior autonomia financeira pelos municípios a partir da Constituição Federal de 1988 não pode ser igualmente experimentada por todos os municípios brasileiros, mas apenas por um grupo com maior expressão populacional, [...] (SANTOS, 2004, p. 104).

A autora avalia a autonomia financeira dos municípios com base em três indicadores associados à receita e em indicador associado à despesa.

Os indicadores de receita são: (a) participação das receitas tributárias nas receitas orçamentárias; (b) participação das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) nas receitas orçamentárias; e (c) participação das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) nas receitas orçamentárias. O primeiro refere-se à capacidade do município de arrecadar impostos de sua própria competência tributária, enquanto os outros dois têm a ver com transferências efetuadas, respectivamente, pelo governo federal e pelo governo estadual.

A Constituição de 1988 atribuiu aos municípios a competência para tributar as operações de prestação de serviços de qualquer natureza — Imposto sobre Serviço (ISS) —, a propriedade imobiliária urbana — Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) — e as operações de transferência onerosa de imóveis *inter vivos* — Imposto de Transmissão de Bens *Inter Vivos* (ITBI). Além disso, os municípios podem arrecadar valores relativos a taxas e contribuições de melhorias. Essa competência tributária deveria prover o município com recursos próprios para cobrir as responsabilidades associadas ao processo de descentralização, porém, como acentua a autora, não é isso o que ocorre, pois os municípios, de maneira geral, e os de pequeno porte, de forma específica, continuam muito dependentes das transferências intergovernamentais.

As receitas de transferências estão atreladas à solidariedade, ou conjunto de “contrapesos”, imanente ao sistema federativo, com o objetivo de superar desequilíbrios regionais e diferenças entre os mais pobres e os mais ricos. No Brasil, as principais fontes de receitas de transferências são o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), no âmbito do

governo federal, e a Cota de Participação dos Municípios no ICMS, no âmbito do governo estadual.

No que se refere às transferências, a autora observa que:

O FPM tem um viés redistributivista, e o ICMS não, ele é distribuído segundo, basicamente, a participação do município na arrecadação desse imposto estadual, o que lhe confere a condição de uma "quase-receita própria". Assim, é muito diferente a situação de município que seja mais dependente do FPM e do ICMS: quando a maior dependência é do primeiro, isso indica fragilidade na economia municipal; ocorrendo o contrário com o segundo. (SANTOS, 2004, p. 104)

Do total de recursos do FPM, 86,4% são destinados aos denominados "municípios do Interior"; 10% são destinados para os municípios capitais e 3,6% para os municípios do Interior com população acima de 156.216 habitantes. Os coeficientes de participação para os municípios capitais e com população acima de 156.216 habitantes são calculados de forma proporcional à população e inversa à renda *per capita* do Estado. No caso dos municípios do interior, o coeficiente é calculado exclusivamente de forma proporcional ao tamanho da população. Assim, o FPM atua, de fato, como instrumento de redistribuição de renda entre as regiões e entre as cidades com maior ou menor base tributária.

No âmbito da despesa, a autora utiliza a participação dos investimentos nas despesas orçamentárias "para avaliar se uma possível maior autonomia financeira está se traduzindo em maiores investimentos próprios municipais, o que foi considerado um indicador de êxito da descentralização e da autonomia municipal (SANTOS, 2004, p. 104)".

A idéia básica é avaliar, por seu intermédio, como as Prefeituras respondem às expectativas da população, na direção da melhoria da qualidade de vida e do crescimento, ressaltando-se, no entanto, que um elevado nível de investimento não guarda necessariamente uma relação com as melhores condições de vida da população. Vale destacar que os investimentos são despesas que flutuam muito ao longo do tempo. Esse comportamento tem a ver não apenas com a evolução das receitas e do estoque da dívida municipal, mas também com interesses políticos que podem acelerar ou atrasar esses gastos de acordo com o calendário eleitoral.

O estudo empreendido pela autora comprova que as cidades de pequeno porte dependem de forma acentuada das receitas de transferências redistributivas (FPM), "o que limita a experiência de descentralização a apenas membros de redes federativas, mas não como formuladores e financiadores de políticas próprias, de interesse local". (SANTOS, 2004, p. 105) Mais precisamente, existe uma "uma associação entre maior autonomia municipal e tamanho da população (SANTOS, 2004, p. 105)."

O processo de gestão financeira dos municípios brasileiros tem sido foco crescente de estudos recentes, destacando-se os trabalhos de Lima e Castro (2003) e Cruz (2007). De modo particular, ganha espaço o uso de indicadores para a avaliação das administrações públicas municipais.

Baracho (2000) considera que os indicadores cumprem duas funções básicas: a descritiva, que compreende aportar a informação sobre uma situação determinada ou o estado de um sistema e sua evolução no tempo; e a função avaliativa que permite apreciar os efeitos derivados de uma atuação. Os indicadores propostos pela autora são: de capacidade fiscal; de

suficiência fiscal; de dependência no financiamento de capital; de desempenho fiscal, de estrutura e comprometimento com despesas obrigatórias e de alocação dos gastos.

A capacidade fiscal de um município está associada à geração de receitas suficientes para financiar as despesas resultantes da provisão de bens e serviços públicos oferecidos à sua população. Deve-se levar em conta não somente o valor absoluto da receita orçamentária, mas principalmente sua composição interna. As rubricas genéricas compreendem, além da receita orçamentária total, a receita líquida (diferença entre a receita orçamentária total e as operações de crédito). Assim, Baracho (2000) propõe, a partir das variáveis mais genéricas (receita orçamentária e receita líquida), a construção de indicadores mais específicos, como: receita orçamentária *per capita*; receita líquida *per capita*; receita de capital *per capita*; receita tributária *per capita*; IPTU *per capita* e ISS *per capita*.

Os indicadores de suficiência fiscal, e que interessam a esse trabalho, buscam mostrar o grau de autonomia ou dependência dos municípios por meio da análise da estrutura de seu financiamento. A autora propõe dois indicadores: participação da receita tributária na receita líquida e participação das transferências intergovernamentais na receita líquida.

Para Baracho (2000), os indicadores de autonomia (ou dependência) dos municípios permitem induzir que, quanto maior a participação da receita tributária, maior o grau de autonomia básica das esferas locais de governo (financiamento das despesas correntes). Em geral, espera-se que os impostos e as taxas, como as maiores fontes de obtenção de receita corrente, financiem a maior parte da despesa corrente. Podem-se considerar, mais detalhadamente, sob esta classificação: a participação da receita própria corrente na receita líquida, as transferências intergovernamentais *per capita*, a participação da cota-parte do FPM na receita líquida e participação da cota-parte do ICMS na receita líquida.

Considerando que as despesas podem ser financiadas pelos atuais beneficiários da oferta ou prestação dos serviços públicos ou por gerações futuras, por meio do endividamento, a autora dá ênfase aos indicadores de dependência no financiamento de capital. Tais indicadores poderiam também ser denominados de indicadores de sustentabilidade financeira, uma vez que têm por referência:

[...] a capacidade de manter um serviço com a qualidade aceitável durante um longo período de tempo. Não é suficiente alcançar eficientemente os objetivos de um programa, mas também que seus benefícios se prolonguem e se mantenham. (BARACHO, 2010, p. 13)

De forma sintética, tais indicadores refletem a capacidade do município efetivar gastos de investimento sem comprometer gerações futuras, por meio do endividamento. Nesse âmbito, merecem destaque três índices: poupança corrente, margem de autofinanciamento e necessidade de financiamento.

A poupança corrente equivale à diferença entre receita corrente e despesa corrente. Expressa a capacidade de o município efetivar gastos sem pressionar a dívida pública. A margem de autofinanciamento (MGA) é conceituada como a poupança corrente acrescida da receita líquida de capital (receitas de capital excluídas as operações de crédito). A necessidade de financiamento equivale à diferença entre investimentos totais (tomados como despesas de capital menos amortizações da dívida interna e externa) e a margem de autofinanciamento MGA (poupança corrente mais a receita líquida de capital).

Os indicadores de desempenho fiscal absoluto têm por base a estrutura da despesa, permitindo obter algumas inferências sobre o impacto do gasto público na alteração das condições sócio-econômicas do município. Cabe mencionar como principais indicadores de desempenho fiscal absoluto: despesa total per capita, despesa corrente *per capita*, despesa de capital *per capita*, despesa com pessoal *per capita* e, de modo especial, despesa com investimento *per capita*.

Os indicadores relativos à estrutura da despesa dos municípios têm por referência a composição do gasto público municipal: participação das despesas correntes nas despesas totais, participação das despesas de capital nas despesas totais, participação das despesas com pessoal nas despesas correntes, participação das despesas com investimento nas despesas totais e participação das despesas de transferências nas despesas totais

Os indicadores de comprometimento de recursos municipais com despesas obrigatórias e despesas totais procuram avaliar o grau de comprometimento dos gastos municipais com algumas rubricas de despesas e com a despesa total, como a participação dos gastos com educação no total de impostos e transferências (limite constitucional para a manutenção e desenvolvimento do ensino); participação dos gastos com educação no total da receita líquida, participação das despesas com pessoal nas receitas correntes (de acordo com a Lei Complementar n.º 82/95), participação da despesa total na receita própria corrente, participação das despesas correntes nas receitas próprias correntes do município e participação das despesas com investimento nas receitas correntes.

No tocante à estrutura funcional dos gastos públicos municipais, os indicadores da alocação de gastos utilizam dados e informações relativas à estrutura funcional dos gastos: participação das despesas legislativas e judiciárias nas despesas totais, participação das despesas com administração e planejamento nas despesas totais, participação das despesas com educação e cultura nas despesas totais, participação das despesas com saúde e saneamento nas despesas totais e participação das despesas com habitação e urbanismo nas despesas totais.

3. Metodologia

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, que utiliza como estratégia o levantamento de dados secundários junto à base de dados da Fundação SEADE. O universo de análise são os 645 municípios do Estado de São Paulo, tendo como foco as Finanças Públicas Municipais, em um recorte temporal correspondente ao período 2000/2007.

Justifica-se o recorte temporal tendo em vista captar dois períodos de governo – Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio da Silva, abarcando diferentes ritmos de crescimento da economia

As variáveis que integram o corpo analítico estão delimitadas no quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis de análises

<i>Variável</i>	<i>Sigla</i>	<i>Definição Operacional (Indicador)</i>	<i>Sigla</i>
Porte do Município (Independente)	PM	Número de habitantes	POPu
Autonomia Fiscal (Dependente)	AF	- Transferências Intergovernamentais Correntes <i>per capita</i> - Receita do FPM <i>per capita</i>	TIp TUp
Sustentabilidade Financeira (Dependente)	SF	Poupança Corrente <i>per capita</i>	POPp
Eficiência do Gasto Público (Dependente)	EGP	Despesas com Investimento <i>per capita</i>	DIp

Fonte: elaborado pelos autores

O conceito de autonomia (dependência) fiscal tem por referência Santos (2004) e Baracho (2000). No caso da segunda autora, o termo utilizado é suficiência fiscal. O indicador proposto pelas duas autoras, e utilizado no estudo, são as transferências intergovernamentais correntes *per capita* (TIp). Adicionalmente, seguindo a primeira autora, atribuiu-se acento ao grau de dependência do município com relação às transferências efetuadas pelo governo federal (FPM), expresso por meio do indicador “receita do FPM *per capita* (TUP). O conceito de sustentabilidade financeira foi extraído de Baracho (2000), objetivando captar a capacidade de realizar gastos com investimento sem a necessidade de recorrer a endividamento. O indicador selecionado foi a poupança corrente *per capita* (POPp). Finalmente, seguindo as duas autoras, a eficiência do gasto público será avaliada a partir do indicador “despesa com investimento *per capita*” (DIp).

Os indicadores apresentados no quadro 1 foram submetidos ao teste de normalidade, a um nível de significância de 5%, (Kolmogorov-Smirnov) cujos resultados estão apresentados nas tabelas 2, 3, 4, 5 e 6.

Tabela 2 - Teste de Normalidade de Kolmogorov-Smirnov - POPu

	Kolmogorov-Smirnov(a)		
	Statistic	df	Sig.
POPu2000	0,446	645	0
POPu2001	0,446	645	0
POPu2002	0,446	645	0
POPu2003	0,445	645	0
POPu2004	0,445	645	0
POPu2005	0,445	645	0
POPu2006	0,444	645	0
POPu2007	0,444	645	0

a Lilliefors Significance Correction
Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 3 - Teste de Normalidade de Kolmogorov-Smirnov - TIp

	Kolmogorov-Smirnov(a)		
	Statistic	df	Sig.
TIp2000	0,148	248	0
TIp2001	0,142	248	0
TIp2002	0,149	248	0
TIp2003	0,135	248	0
TIp2004	0,136	248	0
TIp2005	0,135	248	0
TIp2006	0,146	248	0
TIp2007	0,133	248	0

a Lilliefors Significance Correction
Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 4 - Teste de Normalidade de Kolmogorov-Smirnov - TUp

	Kolmogorov-Smirnov(a)		
	Statistic	df	Sig.
Tup2000	0,154	248	0
Tup2001	0,153	248	0
Tup2002	0,166	248	0
Tup2003	0,172	248	0
Tup2004	0,177	248	0
Tup2005	0,18	248	0
Tup2006	0,179	248	0
Tup2007	0,173	248	0

a Lilliefors Significance Correction

Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 5 - Teste de Normalidade de Kolmogorov-Smirnov - POPp

	Kolmogorov-Smirnov(a)		
	Statistic	df	Sig.
POPp2000	0,188	264	0
POPp2001	0,185	264	0
POPp2002	0,192	264	0
POPp2003	0,239	264	0
POPp2004	0,238	264	0
POPp2005	0,237	264	0
POPp2006	0,211	264	0
POPp2007	0,192	264	0

a Lilliefors Significance Correction

Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 6 - Teste de Normalidade de Kolmogorov-Smirnov - DIp

	Kolmogorov-Smirnov(a)		
	Statistic	df	Sig.
Dip2000	0,153	261	0
Dip2001	0,176	261	0
Dip2002	0,147	261	0
Dip2003	0,171	261	0
Dip2004	0,151	261	0
Dip2005	0,194	261	0
Dip2006	0,181	261	0
Dip2007	0,195	261	0

a Lilliefors Significance Correction

Fonte: Elaborada pelos autores

Observa-se que os indicadores não apresentam normalidade. Nesse sentido, o tratamento estatístico foi efetuado por meio da análise do coeficiente de correlação de Spearman.

4. Descrição e interpretação dos dados

4.1 Autonomia Fiscal

As tabelas 7 e 8 apresentam o coeficiente de correlação de Spearman, respectivamente, entre o porte do município e o indicador Transferências Intergovernamentais per Capita (TIp) e entre o porte do município e Receitas do FPM *per capita* (TUp). Existe uma forte correlação negativa entre o porte do município e as Transferências Intergovernamentais, de modo mais acentuado no que se refere às transferências do governo federal, por meio do Fundo de Participação dos Municípios, confirmando, assim, a proposição de Santos(2004) de que os municípios de menor porte apresentam um alto grau de dependência fiscal, *vis a vis* os municípios de maior porte.

Tabela 7: Correlação de Spearman – TIp x POPu

	Tip2001	Tip2002	Tip2003	Tip2004	Tip2005	Tip2006	Tip2007
POPu2000	-0,801	-0,82574	-0,82569	-0,78056	-0,81366	-0,81352	-0,81557
POPu2001	-0,80071	-0,82569	-0,82547	-0,78031	-0,81306	-0,81344	-0,81564
POPu2002	-0,80059	-0,82568	-0,82543	-0,78019	-0,813	-0,81351	-0,8158
POPu2003	-0,80043	-0,82552	-0,82527	-0,7801	-0,81291	-0,81349	-0,81618
POPu2004	-0,79996	-0,82502	-0,82513	-0,78	-0,81261	-0,81334	-0,81626
POPu2005	-0,79935	-0,82431	-0,82454	-0,77944	-0,81194	-0,81277	-0,81587
POPu2006	-0,79888	-0,82404	-0,82413	-0,77871	-0,8112	-0,81219	-0,81542
POPu2007	-0,7982	-0,82335	-0,82333	-0,77778	-0,81016	-0,811	-0,81461

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 8: Correlação de Spearman – TUp x POPu

	Tup2000	Tup2001	Tup2002	Tup2003	Tup2004	Tup2005	Tup2006	Tup2007
POPu2000	-0,90131	-0,91206	-0,95906	-0,96116	-0,93441	-0,95345	-0,95867	-0,95802
POPu2001	-0,90154	-0,91232	-0,9598	-0,9619	-0,93513	-0,95417	-0,95956	-0,95906
POPu2002	-0,90166	-0,91246	-0,96039	-0,9626	-0,93581	-0,95487	-0,96026	-0,95984
POPu2003	-0,90165	-0,91251	-0,96079	-0,96305	-0,9365	-0,95551	-0,96094	-0,96084
POPu2004	-0,90143	-0,91241	-0,96091	-0,96332	-0,93695	-0,95577	-0,96139	-0,96142
POPu2005	-0,90119	-0,91229	-0,96106	-0,96346	-0,93735	-0,95601	-0,96174	-0,96194
POPu2006	-0,9012	-0,91223	-0,96131	-0,96356	-0,93766	-0,95599	-0,96185	-0,96217
POPu2007	-0,90098	-0,91192	-0,9614	-0,96353	-0,93776	-0,95598	-0,96181	-0,96227

Fonte: Elaborada pelos autores

4.2. Sustentabilidade Financeira

A Tabela 9 apresenta o coeficiente de correlação de Spearman entre o porte do município e o indicador Poupança Corrente per capita (POPp). De modo geral não existe correlação forte entre o porte do município e a poupança pública per capita ao nível de significância de 5%. No entanto, é importante destacar que nos anos de 2002 a 2007, existe uma correlação negativa moderada, indicando uma maior sustentabilidade financeira dos municípios de menor porte, *vis a vis* os de maior porte.

Tabela 9: Correlação de Spearman – POPp X POPu

	POPp2000	POPp2001	POPp2002	POPp2003	POPp2004	POPp2005	POPp2006	POPp2007
POPu2000	-0,13952909	-0,14231	-0,27473	-0,43224	-0,42356	-0,54177	-0,48066	-0,50496
POPu2001	-0,13833154	-0,1412	-0,27329	-0,43048	-0,42263	-0,54111	-0,48073	-0,50505
POPu2002	-0,13748249	-0,14044	-0,2719	-0,42862	-0,42152	-0,54097	-0,48114	-0,50522
POPu2003	-0,13638693	-0,13945	-0,27068	-0,42688	-0,4204	-0,54104	-0,48135	-0,5052
POPu2004	-0,1352376	-0,13842	-0,26901	-0,42478	-0,41914	-0,54025	-0,48136	-0,50501
POPu2005	-0,134314	-0,1376	-0,26728	-0,4232	-0,4183	-0,53962	-0,48128	-0,50426
POPu2006	-0,13423132	-0,13756	-0,26633	-0,42203	-0,41732	-0,5389	-0,48071	-0,50367
POPu2007	-0,1335559	-0,13694	-0,26496	-0,42081	-0,41635	-0,53761	-0,47957	-0,50267

Fonte: Elaborado pelos autores

A tabela 10 apresenta o coeficiente de correlação de Spearman entre o porte do município e o indicador Despesa com Investimento per Capita (Dip). Não existe correlação forte entre o porte do município e as despesas com investimento per capita, ao nível de significância de 5%. Vale destacar que nos anos de 2000, 2002, 2006 e 2007, existe uma correlação negativa moderada, indicando uma maior eficiência do gasto público nos municípios de menor porte, *vis a vis* os de maior porte.

Tabela 10 - : Correlação de Spearman – Dip X POPu

	Dip2000	Dip2001	Dip2002	Dip2003	Dip2004	Dip2005	Dip2006	Dip2007
POPu2000	-0,33546037	-0,26408	-0,57733	-0,16203	-0,20384	-0,27403198	-0,4851	-0,31429
POPu2001	-0,33322566	-0,26189	-0,57622	-0,15913	-0,20221	-0,27182129	-0,48449	-0,31399
POPu2002	-0,33106986	-0,25992	-0,57494	-0,15664	-0,2005	-0,2704813	-0,48382	-0,31357
POPu2003	-0,32857654	-0,25763	-0,57371	-0,1538	-0,19932	-0,26904504	-0,48334	-0,31347
POPu2004	-0,32619719	-0,25548	-0,57216	-0,15108	-0,1974	-0,26703564	-0,48247	-0,31349
POPu2005	-0,32395541	-0,2534	-0,57087	-0,14841	-0,19562	-0,26507881	-0,48203	-0,31278
POPu2006	-0,32245741	-0,25183	-0,56988	-0,14656	-0,19417	-0,26365202	-0,48107	-0,31189
POPu2007	-0,32099281	-0,25016	-0,56859	-0,14478	-0,19221	-0,26186467	-0,47962	-0,31064

Fonte: Elaborada pelos autores

5. Conclusão

A utilização do instrumental estatístico permitiu concluir, no âmbito dos municípios paulistas (645), que o porte do município está inversamente relacionado à autonomia fiscal. Por outro lado, tendo como referência a sustentabilidade financeira e a eficiência do gasto público, a pesquisa não evidenciou forte correlação entre o porte do município e essas duas variáveis. Nesse sentido, o estudo reforça a conclusão de Santos (2004), no que diz respeito à autonomia fiscal sem, no entanto, confirmar as conclusões da autora no tocante à sustentabilidade financeira e à eficiência do gasto público.

A pesquisa apresentou indícios, mesmo que moderados, na direção de maior sustentabilidade financeira e maior eficiência do gasto público nos municípios de menor porte. Assim, cabe um aprofundamento da análise da qualidade do processo de gestão nos referidos municípios, pois seu melhor desempenho contrasta com as visões que afirmam que

quanto menor o porte, menor a capacidade administrativa e, por conseqüência, menor o desempenho financeiro.

Recomenda-se também que o estudo seja replicado em outros Estados da Federação, propiciando assim, uma análise comparativa com o Estado de São Paulo, que apresenta um perfil cultural e socioeconômico bastante distinto. Essa recomendação tem por referência o estudo de Santos (2004), que toma como universo de análise o conjunto de municípios brasileiros. A pesquisa aponta para a necessidade de analisar as finanças públicas municipais a partir da desagregação dos dados, segundo os Estados da Federação.

Referências bibliográficas

ABRUCIO, F. L. (2000) Para além da descentralização: os desafios da coordenação federativa no Brasil. In: FLEURY, S. (org) **Democracia, descentralização e desenvolvimento**: Brasil e Espanha. Rio de Janeiro: FGV. p. 77-126

BARACHO, Maria Amarante Pastor. A importância da gestão de contas públicas municipais sob as premissas da governance e accountability. Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <<http://info.worldbank.org/etools/docs/library/233845/Baracho.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2010.

CRUZ, Maria do Carmo M. T. Cooperação intermunicipal: a experiência do estado de São Paulo, Brasil. X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 18 - 21 Oct. 2005. **Anais....**, p. 1-11, 2005.

CRUZ, Flávio da. **Contabilidade pública**: livro virtual. Primeira versão Ead UFSC. Florianópolis: UFSC, Ago. 2007. (Apostila Curso de Pós-Graduação em Controle da Gestão Pública).

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade pública**: integrando União, Estados e Municípios (Siaf e Siafem). 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, Angela M. S. Penalva. Descentralização e autonomia financeira municipal: a perspectiva das cidades médias. **Indic. Econ. FEE**, *Porto Alegre*, v. 32, n. 3, p. 101-126, nov. 2004.